

Polêmicas devem marcar votação sobre os direitos

FOLHA DE SÃO PAULO
Da Sucursal de Brasília

1 AGO 1988

Pelo menos uma dúzia de temas promete acirrar os ânimos no Congresso constituinte esta semana, durante a votação em segundo turno do capítulo I (Dos Direitos e



Deveres Individuais e Coletivos) do Título II do Projeto de Constituição. As negociações sobre as emendas destacadas começam hoje às 13h.

Se houver quórum mínimo (280 parlamentares) às 15h30, os trabalhos serão reiniciados com a votação de um destaque do senador Lourenberg Nunes Rocha (PTB-MT), que suprime a palavra "residentes" no art. 5º ("Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurada aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade"). Entre os assuntos polêmicos do capítulo estão:

- 1) A pequena propriedade rural não poderá ser penhorada para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- 2) Habeas-data aos brasileiros, para assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa nos registros ou bancos de dados de entidades públicas ou governamentais. Existem emendas suprimindo a limitação aos brasileiros.
- 3) Mandado de injunção, para fazer valer os direitos e liberdades constitucionais ameaçados pela falta da lei que os regulamente.
- 4) Pena de morte. O texto votado no primeiro turno diz que não haverá pena "de morte, salvo em caso de guerra declarada".
- 5) Pena de trabalhos forçados. O texto afirma que não haverá pena de trabalhos forçados.